

---

SOBRE O CARÁCTER NACIONAL  
OU  
PARA UMA «EXPLICAÇÃO» DE PORTUGAL  
ENSAIO

---

*Maria de Lourdes Belchior*

---

SOBRE O CARÁCTER NACIONAL  
OU  
PARA UMA «EXPLICAÇÃO» DE PORTUGAL

ENSAIO

---

De vários e desvairados modos se poderia intitular este *ensaio*. Ensaio no sentido rigoroso da palavra, no sentido de experimentação com ingredientes vários até obter resultados significativos. Tal como se faz em química. Tal como se faz em poesia. *Lágrima de preta* de António Gedeão é um exemplo. Até nos poderia servir para, frontalmente, abordarmos logo uma das linhas de rumo do modo português (se é que existe um modo português), de *ser e estar no mundo*. Ensaio *sobre o carácter nacional, sobre o enigma português, sobre que povo nós somos, os portugueses? De elementos fundamentais da cultura portuguesa ou estudos do carácter nacional português e personalidade do povo português* se poderia intitular a *indagação* a que queremos proceder. Indagação que se poderia orientar em determinados sentidos e situar-se neste ou naquele âmbito. Tento explicar-me: a *indagação* poderia, por exemplo, orientar-se no sentido de procurar e caracterizar o significado do *sebastianismo*, desde o desaparecimento do Rei, à *Mensagem* de F. Pessoa; poderia orientar-se no sentido de estudar *introduções* significativas à História de Portugal, como as de Oliveira Martins, Jaime Cortesão e António Sérgio e o seu comentário crítico feito por O. Ribeiro; poderia orientar-se no sentido de interrogar certas obras de cultura, com vista a esboçar um retrato do homem português; poderia trilhar caminhos de inquirição e análise sociológicas e interpretar os seus resultados. Acontece que não sou nem socióloga nem antropóloga. O meu ofício de professora de Literatura Portuguesa leva-me a ler textos de autores portugueses que podem ser interrogados com intenção de neles procurar elementos característicos do *modo português de ser e estar no mundo*. Sou por dever de ofício leitora de obras seiscentistas, visto ser especialista do barroco literário peninsular, e amadora de leituras de autores contemporâneos. Nesta última perspectiva, a leitura de alguns romancistas de hoje despertou-me para a verificação de uma espécie de

*consciência de crise e demanda de uma identidade.* Começemos por aqui. Interroguem-se *alguns romancistas portugueses contemporâneos*, que parecem identificar-se com uma consciência de crise ou, pelo menos, a põem de manifesto nas suas obras; assim *Os Lusíadas*, romance de Manuel da Silva Ramos e de Alface (de 1977); *Portuguex*, de A. Silva Carvalho (de 1977); *Signo Sinal*, de V. Ferreira (de 1979) e *Lusitânia*, de Almeida Faria (de 1980). Repare-se, para começar, nos títulos de algumas destas obras de ficção, todos relacionados ou relacionáveis com Portugal, como tema (os *lusíadas*, *portuguex*, *lusitânia*). Mas antes de entrar em contacto com estas obras, esboce-se primeiro o *roteiro* que vamos seguir nesta viagem de inquirição sobre o *modo português de ser e estar no mundo*.

Depois dos romancistas, alguns *ensaíes* ou páginas de índole ensaística, saídos da pena de autores contemporâneos: *O Labirinto da Saudade (Psicanálise Mítica do Destino Português)*, de Eduardo Lourenço (1978); *Repensar Portugal*, de Manuel Antunes (1979); e *Ensaíes sobre a crise nacional*, de Vasco Pulido Valente (1980).

De dois *diários*, de índole e estilo muito diferentes — *O Diário* de Miguel Torga (12 vols.) e *Conta Corrente* de V. Ferreira (2 vols.) —, algumas posições e definições referentes ao que somos, como povo, nós os portugueses.

Poderíamos restringir a *inquirição* a autores contemporâneos e, por confronto, aos autores da geração de 70 que testemunham duma *crise de identidade*, despoletada, mais tarde, em virtude do *Ultimatum*. Este confronto seria fecundo, mas poderia apenas pôr em relevo os elementos que, em situação de crise, são de certo modo acidentais. Ora não nos interessa detectar um modo de ser colectivo, comportamentos reveladores de um carácter nacional, despoletados por acontecimentos traumáticos (*Ultimatum/revolução* de Abril de 1974). Interessa-nos captar, caso exista, um carácter nacional que, ao longo dos séculos, se tenha revelado nas mais variadas circunstâncias. Por estas razões, intentamos uma pesquisa que parte de *hoje* e vai recuando no tempo, em demanda de elementos característicos da cultura portuguesa, elementos típicos do carácter nacional português. Fernando Pessoa e a sua *Análise da vida mental portuguesa*, assim como muitos dos textos reunidos com o título *Sobre Portugal — introdução ao problema nacional*, serão paragens obrigatórias do nosso inquirir.

António Sérgio, Teixeira de Pascoais, Fidelino de Figueiredo e alguns mais podem, embora de passagem, contribuir para a caracterização da problemática nacional. Do mesmo modo Oliveira Martins, Antero, Eça,

Ramalho, entre outros, dar-nos-ão a imagem que a geração de 70 tem de Portugal. Recuando sempre na demanda das raízes dos conceitos de «pátria portuguesa» e «carácter nacional» poderemos analisar o pensamento de certos autores seiscentistas, designadamente Vieira, Duarte Ribeiro de Macedo, Severim de Faria, o autor anónimo da *Arte de Furtar*, Luís Mendes de Vasconcelos, Tomé Pinheiro da Veiga que escreveu a *Fastígia*, etc. Se o tempo nos sobrasse, poderíamos investigar na literatura de viagens (séc. XVI - XVIII) o retrato dos portugueses, como povo, tentando verificar em que medida tem razão João Medina ao escrever, categórico, *Não há Utopias Portuguesas*. Esta pesquisa das raízes poderia prolongar-se pelo Cancioneiro Geral de Garcia de Resende (publicado em 1516), onde latejam comportamentos e modos de ser típicos talvez do português; e chegar até às Cantigas de amigo e às de escárnio e mal dizer, onde também talvez se adivinhem maneiras de ser características do português. Outro percurso a seguir, e que nos levaria longe, seria o da literatura de estrangeiros sobre Portugal (para este propósito o catálogo, em dois grossos volumes, da biblioteca de José Duarte de Sousa oferece pistas e materiais muito ricos (cf. Catálogos da Livraria Duarte de Sousa, 2 vols. — séc. XV - XVII e séc. XIX e XX, Lisboa 1972).

Depois de percorrermos os pontos mais significativos do itinerário esboçado, será fecundo cotejar os dados recolhidos com os elementos que Jorge Dias considerou fundamentais da cultura portuguesa, capazes de contribuir para uma definição do carácter nacional português. Para este cotejo interessa, pois, não só o ensaio de Jorge Dias intitulado *Os elementos fundamentais da Cultura Portuguesa* (Agência Geral do Ultramar, Lisboa 1960), posteriormente reelaborado e reeditado sob o título de *Estudos do Carácter Nacional Português* (Junta de Investigações do Ultramar — Estudos de Antropologia Cultural n.º 7, Lisboa, 1971). Interessam também outras obras como *Reflexão* (sem data) de Agostinho da Silva; *o Enigma Português* de Cunha Leão, (1960); *Paisagem Social Portuguesa* de Domingos Monteiro (1944); *O Espírito da Cultura Portuguesa* de António Quadros (1967).

Mas seria tentar fazer caber o Rossio na Rua da Betesga querer analisar na perspectiva em que nos empenhamos — a de uma definição do carácter nacional — todas ou a maioria das obras citadas.

Começemos pela novelística contemporânea, em especial pelas obras já aludidas. De *Os Lusíadas*, romance de Manuel da Silva Ramos e de

Alface, se pode dizer que é uma obra, de certo modo, surrealista, densa e tresloucada nas alusões que se detectam ao longo das suas 443 páginas. Palavrão e mais palavrão, alusões, nomes de autores e obras (João Gaspar Simões, Ropica pneuma, etc.) constituem-se como uma espécie de charada, às vezes decifrável («sabem que sempre é ali o Campo Pequeno adentro de cujas e táureas portas, em tantas e tantas cornadas de consagração a juventude nacional pediu messas ao meio» — pg. 101). O romance começa na página 77 mas tanto podia começar nela como em qualquer outra, visto não ter começo. Nomes como o do Cavaleiro de Oliveira (pg. 115); frases como esta «eu nunca mais abrirei a carta pode ficar descansada escapou vestido de legionário eu nunca mais o vi pode crer era um tipo porreirinho da posta um português suave» (pg. 130) ou «essa linha Imaginot da literatura portuguesa: *Os Lusíadas*» (pg. 133) — frases sem aparente nexos constituem o tecido do livro. Alude-se a um portuguesito, um maluquito (pg. 139) e diz-se de *Os Lusíadas* que «são o primeiro livro falhado da literatura portuguesa» (pg. 139 e que *Os Lusíadas* servem-se de todo o silêncio da literatura portuguesa anterior para elevar a palavra à sua suprema unção (pg. 140), o que é nitidamente uma «charge» de certas banalidades da crítica. Há páginas que são a sátira da *Peregrinação* de F. Mendes Pinto, dos *Lusíadas*, de sessões literárias (pg. 163). De vez em quando, no meio de uma espécie de ganga e entulho, frases que parecem ser significativas: «Sobolos rios que vão deixemo-los ir. Passemos esquecendo a cera e os ouvidos, a cara e o alfabeto, a pátria e o padrão, a cidade têxtil e o texto, passemos com a surpresa só de estarmos enjoados da nossa própria serenidade» (pg. 185). Alusões, distorções, aleijões, etc., parecem pressupor uma espécie de «esquizofrenia» (pg. 239) em que, repercutindo o título *os lusíadas*, se retratasse algo ou um alguém colectivo.

Adivinha-se através de palavras e frases (patriotismo derreado — pg.300), portugalos (pg. 320), Castiglione no Cortegiano aduro estravés da mulher que se vê Deus (pg. 355). Ex-voto (pg. 375) que o romance é uma espécie de sátira do mundo da cultura (?) e do português; a ironia espelha-se em: «se pudéssemos um dia escolher um insecto ou animal que correspondesse sem alambre nem fiambre ao carácter português esse seria sem dúvida alguma o escaravelho» (pg. 391); ou ainda no período que começa «gramática definitiva da língua portuguesa», etc. (pg. 399-400); ou ainda «O nevoeiro é uma espécie de memória colectiva da Humanidade Portuguesa, e como tal,» etc. (pg. 407). Faz-se aqui a caricatura de certo de tipo de ensaísmo, frouxo e vago,

pretencioso e sem nexos; significativa a apóstrofe que começa «Lusitânia, Lusitânia, etc. (pg. 421), significativo também o texto ao Retornado (pg. 427); testemunho da mesma ironia o começo da Errata da pg. 436: «A história portuguesa é uma anedota contada por um surdo mudo a uma família de saltimbancos».

É o reino do inverosímil, do não-sentido (?), de uma prosa suicida e tresloucada. *Os Lusíadas* ou os *anti-Lusíadas?* (romance? anti-romance?)

*Portuguex*, de Armando Silva Carvalho, tem como subtítulo *Romance esquivo-histórico*. Na floresta dos imprevistos, nas sátiras subjacentes desta prosa «*esquivo-histórica*» podem detectar-se alguns elementos que pareçam definidores do *portuguex*. *Portuguex* é uma empresa que tem um produto a publicar; *portuguex* é um produto a colocar surrealisticamente. As caricaturas de *portuguex* surgem inesperada e inopinadamente. *Portuguex* «parece-me ser uma empresa agradável apesar de a conhecer muito superficialmente. *Portuguex* é uma empresa muito genuína». (pg. 138).

Aparecem alusões à geira lusitana, ao povo português (pg. 30). Cito só um passo: «muito nos ensinam esses grandes mestres de oratória que são os feirantes de unguentos milagrosos. Ao ouvi-los o povo português sofre o seu baque cardíaco; encosta-se ao sentir que lhe sobe das veias e morre no olhar para se entorpecer deleitado com tanta utopia à mão de semear e logo recolher... Somos um povo de pechinheiros costumava dizer o meu velho mestre, agora reformado» (pg. 31). A sátira, «sui generis», alonga-se por muitas páginas.

Transcreva-se uma outra amostra: «Na cama sempre feita deste país com sono, um dia acordou-se em reboição. As tropas puseram-se a escutar, vindos do alto, os sagrados deveres do mecenato e da revolução. Vai um tirinho, freguês? Pois é nesta feita que iremos colocar o produto» (pg. 32). É inequívoca a intenção esquivo-histórica-satírica e o produto *Portuguex* que Alviela (o protagonista?) quer colocar, destina-se «assim para nove milhões mais coisa, menos coisa» (pg. 56); o Memorandum para imagem proposta refere as viagens dos portugueses e o dinheiro emprestado (pg. 107) pelos banqueiros alemães e italianos e no Auto da Mocidade há passos e passos mordazes e sarcásticos (sempre fomos um povo sentimental e lírico, pg. 126). «Camões pensou? Não, amou a Pátria. Delirou com a Pátria» (pg. 127).

Dir-se-ia que uma espécie de *trauma* desencadeia aos borbotões, numa como que denúncia colectiva e em termos de quase loucura, os males, os tiques e os estigmas de um povo, o povo português. De mistura com elementos

mais ou menos correntemente assinalados, lirismo, saudosismo, etc., outros (acidentais?) se encontram disseminados nas obras (esquizo quê?) de alguns autores portugueses, recém-publicados.

Casos diferentes são os de Vergílio Ferreira e Almeida Faria.

Em *Signo Sinal* de Vergílio Ferreira há entretrecidos com outros aspectos ou episódios, descrições de grupos, de partidos, de programas políticos, de comícios, tudo eivado de uma ironia que não dá imagem favorável da «pátria portuguesa» e em particular da revolução de Abril 74 (pg. 19-20; 82, 179, 180, etc). Estas imagens agravar-se-ão em *Conta Corrente I* (1.º volume de um *Diário* que vai de 1969 a 1976) e que adiante abordaremos.

*Lusitânia* de Almeida Faria abre com uma palavra de Eça (de *Os Maias*); «pátria para sempre passada/memória quase perdida».

Escrito, em estilo epistolográfico, o romance, que inclui alguns relatos e monólogos, reproduz, sobretudo, a repercussão do 25 de Abril numa família alentejana de Montemínimo. Por mais de uma ocasião há oportunidade de críticas significativas, explícitas ou implícitas. Assim, faz-se menção de lamúria lusíada (pg. 18), de chavões nacionais (pg. 23) e do que cá nesta terra se passa: «o povo á solta sem trabalhar, pelas ruas a vadiar, a festejar a liberdade, a preparar um primeiro de Maio de estalo. Todos se acham importantes...agora é a hora do trespasse» (pg. 66). Há, de vez em quando, desabafos que são uma espécie de radiografia, assim Lisboa é «capital da patetice, da chatice adormecida por dois séculos de burguesia estéril, por alguns mais de fidalguia estática de papo para o ar a receber rendimentos do chamado ultramar, desse além-mar-em África» (pg. 71). Lisboa é ainda «transatlântico há quatro séculos encalhado...decadente capital» (pg. 78). Capital de esterilidade que se abandona, como alguém o fez, sacudindo o pó para «nem pó português levar consigo, tanto pó à pátria ingrata tinha» (pg. 86). A ironia insinua-se amarga em frases deste tipo: «Estamos, o país interino e cada um de nós mesmos, naquele engano de alma lego e cego que o O. G. E. não deixa durar muito» (pg. 88) ou então explode em caracterização quase barroca (pg. 103), ou ácida quando faz referência, por exemplo, a «jornais de atrasados mentais, bajuladores do poder» (pg. 104). A descrição da geral mediocridade do país é feita nestes termos: «Neste meio acanhado, isolado, circuito fechado onde funcionam sempre os mesmos figurões com periódica mudança de máscaras para enganar o parceiro ou para darem a ilusão de serem gente» (pg. 105). O pessimismo agrava-se: «A corrupção dantes era de poucos a comerem

muito, hoje são muitos a comerem o mesmo... É inútil tentar lutar contra esta maré de oportunistas, golpistas, safados sem vergonha» (pg. 113).

Dir-se-á que se trata de juízos de valor, aplicados, sobretudo, à época do Prec (Processo revolucionário em curso). Mas afigura-se que o trauma afinal só serve de estímulo; o juízo de valor, latente, irrompe, a propósito e também a despropósito. É o caso daquele «povo desempregado desde Vasco da Gama, chegando de novo ao inultrapassável Cabo Não» (pg. 164) que se aparenta com os versos de F. Pessoa - Álvaro de Campos: «Pertença a um género de portugueses/que depois de estar a Índia descoberta/ficaram sem trabalho (cf. O opiário), «País de opereta onde nascemos» (pg. 163), «fome secular desse país» (pg. 168), «terra tristíssima» (pg. 170), «povo exausto que alguns acham deu o que tinha a dar» (pg. 140), «país decadente esquecido na Europa, sem recursos alguns» (pg. 141) são maneiras de aludir ao país sem salvação: «não existe safa nesta nave perdida» (pg. 135); «nesta nave furada, cheia de buracos que é Portugal» (pg. 140). Ao referir um juízo apressado de turistas (les portugais sont toujours gais) o romancista comenta: «dizia um turista que não nos conhecia. Se conhecesse fugia a sete pés, tão perigosa é essa doença, o *desespero*, tão pegajosa, contagiosa, peganhenta, espécie de lepra por dentro» (pg. 151). E já no final do romance, transferindo, do presente e acidental para o permanente, um juízo de valor, escreve: «Agora volta a vir ao de cima o nosso *secular cepticismo, indiferença, fatalismo*, transformando em gesto nacional o encolher de ombros de outrora conhecido» (pg. 158).

Faça-se o balanço, com vista a obter alguns elementos fundamentais (ou que como tal possam considerar-se), que «definam» o carácter nacional. Isole-se *tristeza*; recorde, a propósito que Domingos Monteiro num livrinho intitulado *Paisagem social portuguesa*, de 1944, escreveu: «dir-se-ia que o português procura o negro não para vestir o corpo, mas um estado de alma, tão persistentemente sombrio como a aceitação de um destino sem ambições e sem esperanças» (pg. 11, op. cit.). E mais adiante: «O português é triste (pg. 12 id.), duma tristeza tão funda e radicada na sua alma que...»

Além da tristeza, desespero, cepticismo, comodismo, deixa correr, provincianismo, fatalismo, indiferentismo, etc., seriam alguns dos dados do carácter português entrevistos e estigmatizados por certa novelística contemporânea. Será curioso confrontar estes dados com os que E. Lourenço apurou na sua *Psicanálise mítica do Destino português* que intitulou de *O Labirinto da Saudade*. Retomarei parte do que já escrevi a propósito deste ensaio de

E. Lourenço (pg. 1-14 in *Revista de História Económica e Social* — Jul/ /Dez de 1979), e farei o cotejo dos informes carreados através da leitura da novelística com os da análise do trabalho de E. Lourenço.

*Labirinto da Saudade* — saudade de quê, saudade de quem? De um tempo mítico que terá sido de felicidade e de alegria? De um passado que correspondesse a uma idade de ouro que não mais se repetiu? E. Lourenço, segundo o seu propósito, declarado no começo do citado ensaio, visa recuperar o cabedal de imagens que, ao longo dos séculos, nós portugueses temos forjado acerca de nós mesmos. O seu objectivo maior é «repensar a sério e a fundo uma realidade tão difícil de aprender como a portuguesa» (pg. 15). Para Eduardo Lourenço urge que tiremos as sucessivas máscaras que temos afivelado para enfim conhecermos o nosso rosto verdadeiro. Para o autor do *Labirinto da Saudade* sucessivos traumas nos marcaram (o da fundação da nacionalidade, o da dominação castelhana no séc. xvii e o do Ultimatum inglês). Para nos compensarmos das humilhações sofridas, de uma espécie de impotência assim como da consciência de sermos «choldra ou piolheira» (pg. 27), criámos idílicas imagens deste país à beira-mar plantado. Tais imagens irão alimentar e justificar o «saudosismo» que E. Lourenço considera como a tradução poético-ideológica do nacionalismo místico e «a mais profunda e sublime metamorfose da nossa realidade vivida e concebida como irreal» (pg. 28). A sua análise prolonga-se, desde as origens da nacionalidade aos dias de hoje e vai sucessivamente dando notícia das *imagens* que de Portugal e dos portugueses se vão fazendo os vários grupos ou correntes que dominam a cena cultural portuguesa. Ao aludir ao chamado grupo da filosofia portuguesa, responsável por um «apologeteismo intrínseco da *excelência ímpar de ser português*» (pg. 38), E. Lourenço reconhece haver todo um caudal de imagens do ser português que está na raiz daquilo que considera «a mitificação assombrosa da natureza histórico-cultural de que a filosofia portuguesa foi exemplo» (pg. 39). E cita a propósito Jaime Cortesão, H. Cidade, José Marinho e Agostinho da Silva. Não há dúvida de que, para lá da verificação chã de que «somos um povo de pobres com mentalidade de ricos», a análise de sucessivos acontecimentos e situações leva E. Lourenço a falar de uma espécie de inconsciência colectiva (pg. 45). Será assim? A volubilidade com que a maledicência lusitana transforma as coisas graves e sérias em anedotário leva E. Lourenço a evocar o peso de uma vida pícara que durou séculos e a falar de *degradação masoquista* e de a-criticismo (pg. 53). A propósito desta degradação masoquista recordarei um passo de

F. Pessoa que se encontra na *Análise mental da vida portuguesa*: «Uma nação que habitualmente pense mal de si mesma acabará por merecer o conceito de si que anteformou. Envenena-se mentalmente». E ainda a propósito desta *degradação* de si mesmo, que o português pratica, há, simultaneamente, uma prática da exaltação do ser português que, em certos casos, coabitam. É o que acontece, por exemplo, com Vieira que nos chama de cafres da Europa e ao mesmo tempo nos considera povo escolhido, eleito para os destinos grandiosos do Quinto Império. Mas abandonemos, por ora, esta perspectiva masoquista de autoflagelação. Fixemos, entretanto, desde já, a *dupla imagem exaltante e degradante* que parece ser frequente entre nós: somos simultaneamente os melhores do mundo e dizemos mal do que somos, subestimando-nos e degradando-nos. Para E. Lourenço que está apostado no «pouco exaltante ofício de conhecer, descrever e julgar o país» (pg. 52), as imagens que os portugueses têm forjado de si, ao longo dos séculos são de um *irrealismo impressionante*. E esta é sobretudo a tónica do seu livro.

A E. Lourenço interessa, como a todos os portugueses conscientes, iluminar uma problemática que nos diz respeito: «Portugal está em discussão» (pg. 61). Nesta perspectiva o livro de Manuel Antunes, *Repensar Portugal*, é uma reflexão extraordinariamente lúcida e fecunda. *Repensar Portugal* é também o título de um dos capítulos do livro de E. Lourenço, em que se apela para a necessidade de abandonar a via polémica e se *repensar* Portugal, renunciando à «descentragem permanente dos portugueses da sua própria realidade» (pg. 77, op. cit). O ensaio de Manuel Antunes parte de um pressuposto sem equívocos: «Apesar de todas as “clarificações, as coisas ainda não estão claras” (pg. 3) e interroga-se, à partida: “Que projecto-esperança para Portugal»? O seu projecto-proposta passa, conforme diz: (pg. 31 e segs.) por uma instituição a fortalecer — a democracia; por um ideal a realizar — o do Bem Comum nacional e global; por um destino a cumprir — o da universalidade (pg. 33). A *descrição* da situação é realista mas não azeda nem agressiva; as propostas apelam para «muita experiência e muita consciência, muita liberdade e muito tacto, muito sentido do outro e muito sentido da dignidade própria» (pg. 43-44). O objectivo (utópico?): «O surgimento de uma verdadeira comunidade lusíada no Atlântico, no Índico e na Diáspora» (pg. 44). Uma revolução moral em que a justiça, a solidariedade, a liberdade, a honestidade sejam valores. «Uma revolução moral — cito — que estabeleça o primado da produtividade sobre a propriedade-estatal ou outra, da cultura sobre a economia, do ser sobre o ter, da comunidade sobre a

sociedade» (pg. 56). Dir-se-à que neste re-pensar Portugal se visa mais o futuro do que o presente, na perspectiva de *quem somos*. No entanto, nas sugestões para a realização da democracia, em todas as propostas aliás, estão sempre implícitos ou explícitos elementos senão constitutivos do nosso modo de ser, pelo menos reveladores de um comportamento ou comportamentos que hão-de corrigir-se. É o caso das sugestões referentes à desburocratização (pg. 71), à desideologização (pg. 73), à desclientelização (pg. 74), à descentralização (pg. 78). Todas ou quase todas pressupõem, como a clientelização dos partidos ou das comunidades, a burocratização da administração, defeitos ou comportamentos passíveis de necessária emenda. A propósito de burocratização que, dobrando o *rr* se aproxima de muitas atitudes de burocratas, sugiro a leitura de *o requerimento do Coelho*, inserto em *O Bestiário Lusitano*, de Alberto Pimenta. Repare-se no título *O Bestiário Lusitano*; trata-se de uma sátira, publicada em Janeiro de 1980, onde certas «qualidades» lusas e, porque não (?) da humanidade, são descritas e analisadas. O autor, entretanto, chamou-lhe de *O Bestiário Lusitano*. Só um exemplo: *O consultorio do chacal* (pg. 55); aproxime-se a «estória» do anedotário sobre o português e o seu gosto do ser à borla.

Nesta linha de rumo de propostas para re-pensar Portugal, citamos só dois ou três títulos: «*Portugal entre ontem e amanhã*»; *Da cisão à revolução; dos absolutismos à democracia* de António Quadros (Jan. 1976); e, da autora do grupo S.L. *Um país, um projecto; Caminhos e atalhos da vida socialista portuguesa* (Out. 1976). Ambas as obras são de 1976. Do mesmo ano de 1976 é o estudo de Vitorino Magalhães Godinho intitulado *Pensar a democracia para Portugal, incomodamente*.

Das três obras, a que mais interessa ao nosso propósito — tentativa de definição (?) de um carácter nacional — é a de António Quadros. No capítulo que intitula de «O ser colectivo português e o seu conceito» (pg. 25-51), aborda o problema com a ressalva contida neste período: «Podemos e devemos procurar o conhecimento do ser português, mas pretender defini-lo com precisão será objectivo votado ao fracasso»... etc. (pg. 27). Não tenhamos ilusões e neste particular concordo com A. Quadros. Uma *definição* é impossível. Mas uma «aproximação», um enunciado das características fundamentais em relação ao que somos, como portugueses, parece viável. Para A. Quadros «O ser colectivo português teve decerto na sua longa persistência uma vida sobressaltada, entre explosões e fracassos, avanços

e retrocessos, breves momentos de grandeza seguidos de períodos bem maiores de adormecimento ou paralisia» (pg. 28).

Os elementos que se lhe afiguram de assinalar, na sequência de outras tentativas suas (*O Espírito da Cultura Portuguesa* — 1967) são uma *cisão* que decorre da existência de contrários: desejo de autonomia colectiva e dependência cultural que pode ir longe («tentações» de União Ibérica, etc.), uma coexistência daquilo que Gilberto Freire designou de *aventura e rotina* e que segundo Keyserling, citado por A. Quadros, faz do português «o romântico mais extravagante e o positivista mais seco e indigente, doce ao mesmo tempo brutal, rude selvagem, requintado e ordinário...» (pg. 34 Quadros — vide Hermann de Keyserling, *Analyse spectrale de l'Europe*, trad. franc. cap. *Le Portugal*, ed. Stock, Paris, 1931). Acrescente-se ainda na perspectiva de A. Quadros aquilo a que chama: «uma predisposição mental absolutista (pg. 40); um tradicionalismo que absolutiza os nossos mitos (pg. 41); e um liberalismo que os não tolera de maneira absoluta» (pg. 43). Dir-se-ia que a síntese do equilíbrio se não alcança nunca e que vivemos mais ou menos em perpétua crise. E a propósito citem-se os *Estudos sobre a Crise Nacional*, de Vasco Pulido Valente no capítulo *Ramalho Ortigão, e a crise do Estado em Portugal*. Diz de Ramalho: «intelectual europeizado no morno país da Regeneração acreditou que lhe cabia reformá-lo». Repare-se, por ora, só no adjectivo *morno* — *morno país* (pg. 14). Eça faz menção, pela mesma altura, de *apatia geral* (pg. 19). E Pulido Valente de concluir: «Na verdade uma nação consiste num organismo, ou seja num corpo solidário de cidadãos com ideias, convicções, crenças e desígnios conscientes, vivos, fortes e comuns. A Nação é uma *comunidade com uma missão*. Ora, no Portugal de Oitocentos, na sociedade do constitucionalismo monárquico, já não existem cidadãos, existem apenas *habitantes* que se preocupam exclusivamente com os seus interesses próprios e privados e não têm qualquer sentimento comunitário» (pg. 20). A crise sentida pelo Portugal de oitocentos não se atenua e vai, ao contrário, agravando-se. António Sérgio, citado por Pulido Valente, disserta sobre o que chama de «questão nacional» em *Considerações Histórico-Pedagógicas*. E atribui a «três vícios fundamentais» os nossos males: o *estadismo*, o *burocratismo* e o *bacharelismo* (op. cit. pg. 89-90).

Cotejem-se agora os dados até aqui forrageados com os pontos de vista de Miguel Torga e Vergílio Ferreira, expressos, respectivamente, nas colunas do *Diário* e em *Conta Corrente I*.

Torga tem ao longo dos 12 volumes do *Diário* muitas páginas que, organizadas em antologia, nos dão imagem do modo como o poeta encara o país e o seu povo. Alude com frequência a uma espécie de complexo de inferioridade (D. VIII pg. 77): «Este nosso velho complexo nacional de inferioridade não pára de roer-nos. E temos de ser grandes em tudo exactamente porque nos sentimos pequenos em tudo». Torga estigmatiza a nossa falta de amor ao trabalho: «Temos de hipertrofiar o pouco que somos para parecermos o muito que desejaríamos ser sem esforço, sem trabalho, sem a dolorosa penitência de arrancarmos de nós a própria grandeza» (id., pg. 77). Torga quase nos desencoraja da tentativa de nos conhecermos: «Transparente a realidade portuguesa mostra-se a todos os observadores alheios na sua branca nudez. Quem nunca a soube ver com a mínima objectividade foram os próprios interessados. Não há gente com tão obstinada miopia como a lusitana» (III, pg. 58).

Entretanto podemos ao longo dos 12 volumes do *Diário* forragear um enunciado dos *elementos fundamentais* da caracterização do português. Assim, desde o primeiro, há dispersos os seguintes dados: 1. alma profundamente lírica (I, pg. 192); 2. monomania crítica (II, pg. 189); 3. incapacidade de ser objectivo e fanfarronice (VII, pg. 58-59), cito: «Embora atacada de vez em quando (a gente lusitana) das sezões dum derrotismo catastrófico, lá no íntimo do temperamento persiste a boa disposição optimista de que somos em tudo os maiores e os mais perfeitos», ou «Bêbados de patrioteirismo, queremos sempre o primeiro lugar, ou nenhum» (pg. 19); 4. somos barrocos, sem poder de análise directa e funda (VII, pg. 59); 5. padecemos de falta de imaginação (IV, pg. 158); 6. a nossa vida mental é estagnada, sem crescimento (III, pg. 26); 7. nota-se uma falta de cultura do povo (III, pg. 30); 8. e uma falta de originalidade ou fantasia magra (V, pg. 39). 9. assinala-se uma teatralidade («A teatralidade do nosso povo é das verdades que mais me tem custado a roer. Impúdico, cada português é um estendal de gestos e de exclamações» — V, pg. 56); 10. A universalidade do nosso génio mora na poesia (V, pg. 116), 11. «somos intuitivos e agudos mas não temos perseverança (V, pg. 161); «Capazes de intuições que depois se mostram fecundas, não temos o condão de as estruturar e de oferecer ao mundo uma obra acabada na altura em que o mundo precisa dela. Embrulha-se-nos a língua e o mais que fazemos é registar um título»; 12. somos parciais e exclusivistas (vícios sem remédio) (V, pg. 183); «Sofre de grandes vícios

a vida mental portuguesa, a maior parte dos quais, infelizmente, não poderão ser remediados»; 13. irremediavelmente individualistas (VIII pg. 143): «Cada português se pudesse, seria um habitante exclusivo de Portugal»; 14. somos provicianos (X, pg. 144) etc. E talvez chegue, quanto ao enunciado de elementos característicos do português que Torga lapidarmente assim define: «Somos socialmente uma colectividade pacífica de revoltados» (IX, pg. 85), «Ninguém neste país está no seu lugar» (X, pg. 86); vive-se desterrado neste desterro que é Portugal «Dum lado a Espanha, onde os apelos não entram, do outro o mar, onde os gemidos se perdem» (X, pg. 30). Em 14 de Outubro de 1974 Torga escreve (XII, pg. 87): «Somos na verdade uma cambada de primários, de temperamento e paixões à medida da nossa testa» ou «É uma desgraça. Somos mesmo reles» (XII, pg. 124). Estas últimas invectivas resultam do trauma do 25 de Abril (ou melhor do pós-25 de Abril), o que leva Torga a escrever amargurado: «Morro com duas convicções arreigadas, a de que não há terra mais bela do que a lusitana e outra tão infeliz» (XII, pg. 177). Seremos afinal, conformes com as palavras de Torga, «Um Portugal com oito séculos de existência que ainda não encontrou a sua identidade nacional»? (XII, pg. 201).

Para a *radiografia* que intentamos fazer, há também dados significativos no diário que é o volume *Conta Corrente* 1, de Vergílio Ferreira. Abrupto um primeiro juízo «O grego lembra o português: pequeno, aspecto sujo, aldrabão» (pg. 94). Um adjectivo revela um mundo de reacções e de... caracterizações: «este Portugal *incrível*» (pg. 119). «O problema é não sabermos ser nós. Os da Filosofia Portuguesa devem gostar» (pg. 122). Esparsas, há neste diário que é *Conta Corrente*, algumas considerações sobre Portugal e os portugueses, algumas rápidas «caracterizações» que se agudizam e azedam, sobretudo a partir de Abril de 1974. Somos reles; só um exemplo da diatribe: «Ó país do tamanho de um papel higiénico. O teu lugar não é na História ou na Geografia. O teu lugar é no lugar do papel higiénico. Meu Deus. E eu que não quero estar lá. Mas estou. E essa diferença é que me trama» (pg. 135). «Ser português é ser pascácio» (pg. 147), «Portugal é uma valeta» (pg. 153), «O País é hoje um enorme carnaval político» (pg. 238), isto em 1-III-75; Temos (?) ou somos (?) «uma parada de palhaços» (pg. 258)? Esta imagem repete-se aliás quando V. Ferreira se interroga: «Mas que triste país é o meu? Que palhaços nos inventam em comédias para o mundo inteiro?» «Entre nós por provincianismo tudo assume um aspecto grosseiro e cascudo» (pg. 273).

V. Ferreira alude ao «exibicionismo lusitano» (pg. 282) e insinua ainda, a propósito da descolonização, que temos um sorriso de inocência ou de atraso mental: «Ó meu país das descobertas! Nem perdido nem achado para estes jogos imperiais. Largámos tudo, desfizemo-nos de tudo e continuamos a sorrir de satisfação. Sorriso de inocência ou de atraso mental» (pg. 287). «O País nunca viveu de ideias, viveu sempre de impulsos» (pg. 290), donde, talvez, a ameaça do desmoronamento (pg. 335). Numa definição, feita de angústia, define-nos assim: «Pequeno povo das grandes ilusões, das grandes façanhas, um destino de humildade e de negrume se desenha, em substituição da grandeza e da legenda» (pg 335). «O País está de rastos» escreve, em Set. 1976, pg. 358; «oh que desgraça nascer em Portugal, bom Nobre!» (pg. 360). Em amargo desabafo que contém uma definição da pátria portuguesa: «Meu pobre país. Jamais julguei sentir-me tão do teu bocado da terra com que tens lugar no mapa. Não, a minha pátria não é só a língua portuguesa (Eça — Pessoa) porque deve ser triste falá-la no exílio. A minha pátria é também ser aqui e muita gente comigo desde Afonso Henriques» (pg. 370).

Se fizermos um balanço das definições, dos juízos de valor ou das apóstrofes, com que os autores portugueses, atrás citados, têm tentado caracterizar o povo português e o seu modo de estar no mundo, verificaremos que não é muito positivo o saldo. Não são apenas as razões traumáticas que determinam certo pessimismo na «descrição» do português; encontramos determinados caracteres como constantes, apontados por todos ou quase todos estes autores. Ora acontece que, se há elementos díspares nas várias caracterizações, há simultaneamente uma certa plataforma comum. Nesta plataforma comum avulta uma espécie de alternância: ora somos os melhores do mundo, ora somos o rebotalho do universo. Será curioso verificar que este binómio — elevados aos píncaros da lua, rebaixados no mais ínfimo dos abismos — já se encontra, como dissemos, no Padre António Vieira (povo eleito, cafres da Europa). Segundo o esquema proposto, caberá agora a vez de analisar, no caso de F. Pessoa, o que já se chamou de «tentação e tentativa de compreender Portugal».

Tal matéria, só por si, daria tema para longo ensaio. Abordêmo-la segundo um esquema pessoano; um qualquer período é três coisas: 1) uma relação com o passado; 2) uma relação com o presente nacional e estrangeiro; 3) uma direcção com o futuro (pg. 22 F. Pessoa — Sobre Portugal). F. Pessoa referiu-se ao seu tempo português desta maneira: «Somos hoje um

pingo de tinta seca da mão que escreveu Império, da esquerda à direita da geografia. É difícil distinguir se o nosso *passado* é que é o *nosso futuro* ou se o *nosso futuro* é que é o *nosso passado* (pg. 25). Toda a mensagem de F. Pessoa se pode ler no sentido de um apelo a Portugal, para renascer, para se reencontrar. Transcreva-se o poema *Nevoeiro da Mensagem*:

*Nem Rei, nem lei, nem paz nem guerra,  
 Define com perfil e ser  
 Este fulgor baço da terra  
 Que é Portugal a entristecer  
 Brilho sem luz e sem arder  
 Como o que o fogo fátuo encerra.  
 Ninguém sabe que coisa quere  
 Ninguém conhece que alma tem  
 Nem o que é mal nem o que é bem.  
 (Que ânsia distante perto chora?)  
 Tudo é incerto e derradeiro.  
 Tudo é disperso, nada é inteiro.  
 Ó Portugal hoje és nevoeiro...  
 É a hora!*

O poema está datado de 10/12/1928. Portugal para se reencontrar terá de conhecer-se. A descrição do português (ou como diz Pessoa «as feições da alma que caracterizam o povo português») leva-o a um enunciado comentado que resumimos. O povo português é disciplinado em excesso e age colectivamente: «nunca é possível determinar responsabilidades; elas são sempre da 6.<sup>a</sup> pessoa num caso onde só agiram cinco (pg. 75); «refilamos só de palavras» (pg. 76); somos incapazes de revolta e de agitação («Quando fizemos uma revolução foi para implantar uma coisa igual ao que já estava» (pg. 76). O português sofre duma imaginação excessiva (pg. 77). Repare-se na quase oposição entre certos elementos apontados por Pessoa como «típicos» do português e outros apontados por Torga (por ex. — a falta de imaginação segundo Torga, o excesso de imaginação, segundo Pessoa).

Mas prossiga-se no resumo dos elementos pessoais: «O português é capaz de tudo, logo que não lhe exijam que o seja. Somos um grande povo de heróis adiados» (pg. 79 — *Sobre Portugal*); somos fanfarrões; o lirismo, diz-se, é a qualidade máxima da raça (pg. 79), confundimos cultura com erudição (pg. 86); o feitio enérgico, violento, pouco indolente do português

leva-o para a acção precipitadamente (pg. 82), etc. Querendo como que organizar o seu pensamento, F. Pessoa estabelece a existência de três espécies de português; um começou a existir com a nacionalidade; outro é o português que o não é e que começou com a invasão mental estrangeira. O terceiro português é o que começou a existir quando Portugal começou de Nação a esboçar-se Império (pg. 83, *Sobre Portugal*).

O primeiro constitui o substrato da Nação, o segundo é o que governa o país e o terceiro é o que se perdeu com D. Sebastião em Alcacer-Quibir. Segundo F. Pessoa, a todos são comuns as três seguintes características: 1) o predomínio da imaginação sobre a inteligência; 2) o predomínio da emoção sobre a paixão; 3) a adaptabilidade instintiva. Será de confrontar, mais adiante, este enunciado com o de Jorge Dias na sua tentativa de enumerar alguns elementos do «carácter nacional português».

F. Pessoa acrescenta interrogando: que ideias gerais temos? As que vamos buscar ao estrangeiro? (pg. 85). E considera morto o português como homem harmónico, mente segura e planeadora, braço apto a realizar o que ele próprio planeou (pg. 86-87). Veio depois, diz com muita ironia: «o português à antiga portuguesa que não é a antiga portuguesa; bom católico, toureiro, estúpido como uma porta de cofre». Este, em seu tempo, passou também; vem o português do séc. XIX entujado (?) pela política desnacionalizante (pg. 87).

Propondo-se um estudo do problema português, fala F. Pessoa de rupturas, de decadência (pg. 111), mas fica-se pelos apontamentos. Verifica-se por eles que F. Pessoa queria esboçar «as bases do carácter português e tentar (?) uma «reconstrução do psiquismo nacional» (pg. 115); verificamos também que se interroga sobre qual fosse o carácter nacional, etc. «A crise central da nacionalidade portuguesa deriva da sua impotência para formar escóis» (pg. 119); a desorientação em que temos vivido tem como factores a *decadência* propriamente dita que, para F. Pessoa, começou em Alcacer-Quibir e a *desnacionalização* que, desde 1820, se vem agravando até à república (pg. 130), em que a desnacionalização se torna degenerescência. E vá de criar em Portugal o sentimento duma missão civilizadora (pg. 41 de *Ultimatum*, F. Pessoa); de anunciar um super Camões; de «canonizar» o saudosismo; de com o *Orpheu* dar corpo a uma consciência definitivamente portuguesa do Universo (*Páginas Íntimas e da Auto-Interpretação* — pg. 203 e seguintes). Pode falar-se de um nacionalismo místico, a propósito de certo F. Pessoa. É o F. Pessoa que, respondendo em 1923 à pergunta «O que

calcula que seja o futuro da raça portuguesa?, “diz: «O Quinto Império». Este é o F. Pessoa de a *Mensagem* (1935). Podemos, a partir de agora, parece-me, pôr de manifesto que há, por assim dizer, duas maneiras de os portugueses se definirem. Elas oscilam entre o *masoquismo* da depreciação, dos juízos negativos e a *egolatria* dos louvores às virtudes do português. Alternam acaso os *louvores* com as *depreciações*, tendo sempre, como pano de fundo e justificação, um mesmo entranhado amor do terrunho? Sabemos como a geração de 70 (Eça, Antero, Oliveira Martins) ironizou ao abordar temas ligados com o carácter nacional, tendo simultaneamente tudo enraizado no dramático conceito de *decadência*. Eduardo Lourenço no capítulo «Da Literatura como interpretação de Portugal» descreve admiravelmente esta problemática, agudizada com o *Ultimatum* e assumida, entre outros, por Junqueiro.

Em alternância com o masoquismo das depreciações, a exaltação, por compensação. Assim, para só dar exemplos escalonados ao longo dos séculos, citaremos Lopo de Almeida que em *Cartas de Itália* nos cataloga como «os melhores do mundo», «Os melhores do mundo são os de Portugal», e Sousa Macedo que em *Flores de Espanha, Excellências de Portugal* nos considera sumário de quase todas as virtudes: engenhosos, religiosos, honestos, verdadeiros, fieis, fortes, gratos, liberais, constantes, pacientes e sóbrios, etc. É evidente que nesta linha de rumo havemos de situar o saudosismo, o caso da filosofia e da cultura portuguesa, «defendidas» pelo grupo de Álvaro Ribeiro, o patriotismo místico de F. Pessoa, etc. É sintomático, e seria uma problemática a explorar, com vista a uma *explicação de Portugal*, que surjam, sobretudo em momentos de crise, as utopias, os quintos impérios, compensatórios e exaltantes. Uma filosofia saudosista com toda uma teorização megalómana do ser português, elaborada por Teixeira de Pascoais (cf. o Espírito Lusitano ou o Saudosismo); um visionar do futuro como faz Pessoa, são sem dúvida compensações: «Estamos tão desnacionalizados que devemos estar renascendo» (*Análise da vida mental portuguesa*, por F. Pessoa). Mas, abandonem-se *ex-abrupto* estes rumos, radicados em obras, atitudes, apreciações, todo um cabedal de elementos que se poderiam captar no saudosismo, no nacionalismo místico de Pessoa, em certas posições do integralismo lusitano, em pontos de vista dos defensores da chamada filosofia portuguesa, etc.

Com vista a um determinar, claramente, *quem somos* enunciem-se os elementos que Jorge Dias considerou constitutivos do *carácter nacional*

*português e típicos da cultura portuguesa.* Aliás este tema da inquirição sobre *quem somos* foi há quase 40 anos (em 1943) considerado «tema para a nossa geração (a daqueles tempos) e era, conforme se diz numa exposição programática elaborada por Álvaro Ribeiro, «tema a tratar por vários escritores numa espécie de inquérito ou melhor num trabalho a realizar por uma equipa». Valerá a pena fazer a recuperação de todos esses esforços dispersos, com vista a um estudo sistemático das constantes psíquicas do povo português. Por ora, só o enunciado, reduzido a uma listagem de elementos fundamentais da *cultura portuguesa*, segundo Jorge Dias: 1 — expansividade; 2 — adaptabilidade e pendor activista; 3 — vivo sentimento da natureza, poético e contemplativo-estático; 4 — gosto pela ostentação; 5 — afectividade e humanidade profundas («o coração como medida de todas as coisas»); 6 — saudade e obstinatismo (alma contemplativa e obstinada dos portugueses); 7 — tendência para sobrepor a simpatia humana às prescrições da lei; 8 — pessimismo; 9 — menos exuberância do que noutros meridionais. Jorge Dias, no final do ensaio «*O carácter nacional português na presente conjuntura*», escreveria, em Maio de 1965: «Estou crente que os factores basilares da permanência do carácter nacional estão seriamente ameaçados» (pg. 48). Estaremos empenhados em lucidamente enfrentar os problemas que, à nossa consciência de cidadãos, *Portugal* nos põe hoje? Poderíamos repetir este juízo de Ramalho: «O País não se tem mantido pelo trabalho, pela inteligência, pela economia e pela ordem, únicos elementos de uma prosperidade sólida, mas sim unicamente pelos suprimentos provenientes de explorações sucessivas. *Temos explorado tudo, menos o trabalho* (Explorámos os árabes, explorámos os judeus, explorámos os jesuítas, explorámos os frades, e estamos explorando o Brasileiro, isto é, o Português que vai enriquecer ao Brasil. Tal é a História sucinta e sumária da nossa vida económica)». «O que aflige é o destino deste País. Estarão conclusos os oito séculos de nação?» escreve V. Ferreira em *Conta Corrente I* (pg. 258) e acrescenta: «Inesperadamente senti o destino do País é o meu destino.» (*Conta Corrente I*/pg. 307).

Teremos nós consciência de que toda a *explicação de Portugal* visa à construção *do país possível?* Para tal, segundo o conselho, não amargo, de V. M. Godinho, estudemos amorosamente, minuciosamente, lucidamente,

cientificamente *as nossa coisas*; definamos com meridiana clareza os problemas que são de facto os nossos, seguros de que na história do passado há doutrina para o presente (*Para a renovação da política nacional* — pg. 95). E o *país possível* — título de um livro de poemas de Ruy Belo — será «O portugal futuro»: O portugal futuro é um país/onde o puro pássaro é possível».

*Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Maria de Lourdes Belchior*